



ATA DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO MISTA COM OBJETIVO DE PROPOR A REVISÃO DO CÓDIGO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (LEI 14.675/2009) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos onze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, às treze horas e trinta minutos, nos termos do artigo 37 do Regimento Interno e de acordo com o Ato da Presidência nº 040-DL, de 21 de julho de 2021, reuniram – se no Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright e por videoconferência, os membros da Comissão Mista formada por membros da Comissão de Agricultura e Política Rural, Comissão de Turismo e Meio Ambiente e Comissão de Constituição e Justiça: Deputado Valdir Cobalchini, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Milton Hobus e Deputado Moacir Sopelsa. Havendo quórum regimental, foram abertos os trabalhos de instalação, sob a Presidência do Deputado Moacir Sopelsa por ser o parlamentar com o maior número de legislaturas referente a 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Ato contínuo foram abertas as inscrições para o cargo de Presidente, Vice-presidente e Relator da Comissão. O Deputado Milton Hobus indicou o Deputado Valdir Cobalchini para o cargo de Presidente, o Deputado Moacir Sopelsa indicou o Deputado José Milton Scheffer para o cargo de Vice-Presidente e o Deputado Milton Hobus para o cargo de Relator. As indicações foram acatadas e os parlamentares indicados foram eleitos por unanimidade. Após a eleição o Deputado Valdir Cobalchini assumiu a Presidência dos trabalhos e como relator do requerimento disse que ficou muito feliz com a Presidência da comissão, e ainda complementou que na próxima reunião já irá trazer um cronograma de trabalho. O Deputado Milton Hobus e o Deputado Moacir Sopelsa sugeriram que sejam convidados representantes da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e Desenvolvimento Rural, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, Instituto do Meio Ambiente (IMA), Cidasc, Epagri, Faesc, Fetaesc, Contag, entre outros órgãos. O Deputado Cobalchini destacou que terão muito trabalho pela frente e que conta com a colaboração dos demais parlamentares. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião de instalação da Comissão Mista. E para constar, eu, Livia Rodrigues Vicentin Espíndola, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente e Deputados membros.

Plenarinho, 11 de agosto de 2021.


Deputado Valdir Cobalchini

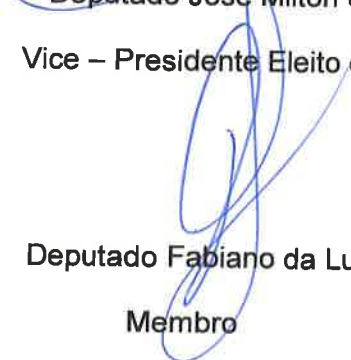
Presidente Eleito da Comissão


Deputado José Milton Scheffer

Vice – Presidente Eleito da Comissão


Deputado Milton Hobus

Relator Eleito da Comissão


Deputado Fabiano da Luz

Membro


Deputado Moacir Sopelsa

Membro



ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA QUE TEM COMO OBJETIVO DE PROPOR A REVISÃO DO CÓDIGO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (LEI 14.675/2009) DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e um, às dezessete horas, nos termos do artigo 37 do Regimento Interno da Alesc e de acordo com o Ato da Presidência nº 024-DL de 20 de abril de 2021, reuniram-se no Plenário Deputado Osni Régis e por videoconferência, sob a Presidência do Deputado Valdir Cobalchini, os seguintes deputados: Deputado José Milton Scheffer, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Milton Hobus e Deputado Moacir Sopelsa. O Presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e registrou também a presença dos convidados: GUILHERME DALLACOSTA: Advogado e Consultor Ambiental da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC), CARLOS KURTZ: Diretor Institucional e Jurídico da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), LUIZ HAMES: Assessor Legislativo da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), NEIVO LUIZ PANHO: Diretor Superintendente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), JOSÉ ZEFERINO PEDROZO: Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), JOSÉ WALTER DRESCH: Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC), DANIEL VINICIUS NETTO: Presidente do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA), GLÁUCIO MACIEL CAPELARI: Diretor de Regularização Ambiental do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA), LEANDRO WEINGARTNER: Gerente de Licenciamento de Atividades Estratégicas do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA), JUNIOR KUNZ: Diretor de Planejamento e Inovação e Engenheiro Agrônomo da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), ALEX WELLINGTON DOS SANTOS: Presidente da Associação Catarinense de Empresas Florestais (ACR), ULISSES ANDRADE: Consultor Florestal da Associação Catarinense de Empresas Florestais (ACR), LEONARDO PORTO FERREIRA: Secretário Executivo do Meio Ambiente (SEMA), representando a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina (SDE), ALEXANDRE MARTINS DA SILVA: Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE), RICARDO MIOTTO: Secretário-Adjunto da Secretaria de Agricultura da Pesca e do Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (SAR), HILLARIO GOTTSELIG: Diretor de Agricultura Familiar e da Pesca da Secretaria da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (SAR), TIAGO MIOTTO: Gerente de Desenvolvimento Florestal e Ambiental da Secretaria da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (SAR), DEPUTADO MAURO DE NADAL: Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), JORGE LUIZ DE LIMA: Gerente Executivo representando o Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados no Estado de Santa Catarina (SINDICARNE) a Associação Catarinense de Avicultura (ACAV) e a Associação das Indústrias de Carnes e Derivados de SC, Jairo Afonso Henkes: Professor e consultor na área ambiental (UNISUL e AEROTD), Sheila Meirelles: Coordenadora de Procuradoria jurídica (IMA), JERSON DOS SANTOS: Engenheiro do Sindicato das Indústrias de Celulose e Papel de Santa Catarina



(SINPESC). O senhor Presidente enfatizou na reunião que a proposta de revisão do código ambiental já estava prevista quando de sua aprovação há 12 anos e que neste período surgiram muitas legislações, portarias e decretos que precisam ser regulamentados, muitos dos quais confrontavam com o código catarinense. Com a palavra o vice-presidente da Comissão Mista, Deputado José Milton Scheffer, que destacou que o Parlamento, os órgãos do governo e as entidades do setor produtivo têm uma missão importante e de muita responsabilidade, pois o Código do Meio Ambiente aprovado no Estado foi referência nacional. Destacou a responsabilidade de aprimorar o código, protegendo o meio ambiente e diminuindo a burocracia para que o setor produtivo possa continuar produzindo e mantendo o estado de Santa Catarina como destaque nacional e internacional. Ato contínuo, o senhor Presidente agradeceu a presença das entidades que estavam participando de forma online, sendo eles: JOSÉ AUMERI PADILHA: Engenheiro Agrônomo do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), DR. CLEMERSON JOSÉ ARGENTON PEDROZO: Assessor jurídico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), ENORI BARBIERI: Vice-Presidente Executivo da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC), NEREU BAÚ: Presidente Executivo do Sindicato das Indústrias de Celulose e Papel de Santa Catarina (SINPESC), MARCÍLIO CARON: Consultor do Sindicato das Indústrias de Celulose e Papel de Santa Catarina (SINPESC), DRA. RODE ANELIA MARTINS: Presidente da Comissão de Direitos Ambientais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC), RODRIGO MENEZES MOURE: Diretor e Coordenador da Comissão do Meio Ambiente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina (CREA/SC), Shirlene Chegatti, representando a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (FACISC) e Juliana Tramontina, representando as Empresas Associadas (ADAMI-SA). Com a palavra, o Presidente da Assembleia Legislativa Deputado Mauro de Nadal, cumprimentou todos os representantes do governo e os demais presentes e, salientou a importância da revisão do Código Ambiental, bem como, o trabalho histórico para solucionar situações de conflitos entre as legislações do estado e a federal. Com a palavra, o relator da Comissão Mista, Deputado Milton Hobus, enalteceu a participação efetiva dos órgãos do governo e do setor produtivo para o aperfeiçoamento do Código Estadual do Meio Ambiente. Solicitou que os setores jurídicos dos órgãos e dos setores produtivos façam uma compilação de todas as sugestões de mudanças e aperfeiçoamento da legislação num prazo máximo de 30 dias. Ato contínuo, Cobalchini passou para apreciação a Ata da Reunião de Instalação que, colocada em discussão e votação, foi aprovada por unanimidade. Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, afirmou ser necessária a parceria dos órgãos do estado e de todo setor produtivo para que o Código Ambiental seja aperfeiçoado e modernizado. Lembrou que Santa Catarina, apesar de ser um estado pequeno, é destaque nacional e internacional no agronegócio e na preservação do meio ambiente. Com a palavra, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc), José Zeferino Pedrozo, parabenizou a Alesc pela iniciativa da criação da Comissão Mista e afirmou que a entidade, como em 2009, estará contribuindo totalmente para o aperfeiçoamento do Código Ambiental, enfatizou serem parceiros e a necessidade de maior segurança jurídica para os catarinenses neste setor. O diretor institucional e jurídico da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), Carlos Kurtz, destacou o momento histórico de devolver ao Parlamento a capacidade de legislar sobre o Código Ambiental. Observou que com esse trabalho serão valorizadas as

realidades regionais e alertou para o conflito entre decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e STF (Supremo Tribunal Federal), que estariam aplicando a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006) em vez do Código Ambiental em recentes decisões. Ao contínuo, o secretário-adjunto da Secretaria de Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, Ricardo Miotto, e o secretário-adjunto da Casa Civil, Juliano Chiodeli, afirmaram que os dois órgãos são parceiros na revisão do Código Ambiental e que estarão colaborando para o aperfeiçoamento da legislação. Já o presidente do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA), Daniel Vinicius Netto, também afirmou que é parceiro nesta revisão e que na visão do órgão é necessária uma legislação moderna, com olhos no desenvolvimento sustentável. No mesmo sentido, o presidente da Associação Catarinense de Empresas Florestais (ACR), Alex Wellington dos Santos, defendeu que o estado precisa continuar inovando, atualizando o Código Ambiental para enfrentar as "várias pandemias" que afetam Santa Catarina, como as enchentes, secas e enxurradas, apoiando o setor produtivo e ao mesmo tempo preservando o meio ambiente. Já o professor e pesquisador da Unisul, Jairo Afonso Henkes, defendeu a participação das universidades na elaboração de propostas de aperfeiçoamento e atualização do Código Ambiental. Por fim, o Presidente falou da possibilidade de estruturar um "esqueleto" do novo Código Ambiental que será debatido nas audiências públicas, onde poderão ser incluídas outras propostas. Lembrou ainda, que o Código Estadual do Meio Ambiente, aprovado em 2009, trouxe como novidades a redução das APPs e o conceito de área consolidada, que possibilitou a manutenção de atividades agropecuárias e pesqueiras. No caso das APPs, as metragens estabelecidas pelo antigo código ambiental, se respeitadas, inviabilizariam a maioria das pequenas propriedades catarinenses, segundo ele. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente reunião. E para constar, eu, Livia Rodrigues Vicentin Espíndola, lavrei a presente ata, que depois de revisada e aprovada, será assinada pela Presidente.

Deputado Valdir Cobalchini
Presidente da Comissão Mista